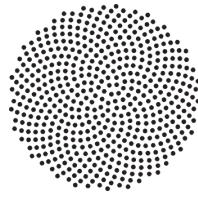


Limitar o limite: modos de subsistência

Alexandre Nodari

“lugar: here. à beira da selva. ao largo do civilized. juntar as coisas: fazer o presente: viver: construir o futuro.” (Hélio Oiticica)

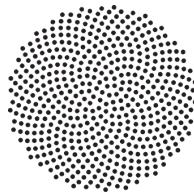


THE THOUSAND NAMES OF GAIÀ

from the Anthropocene to the Age of the Earth



Montagem da proposição *subterraneam TROPICALIA* – Hélio Oiticica (1969?). Alto: *babylonests*, Nova Iorque | Meio: *colidouescapo*, Augusto de Campos | Embaixo: Família no semi-árido nordestino (foto de Carlos Vergara)



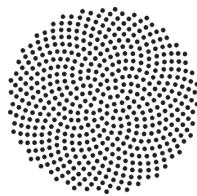
SUBTERRÂNIA 2

sub
sub solo
sub terra
sub mundo
o sub desenvolvido embaiixo da terra como rato
a sub América
sub terrânea do desconhecido
terra
sub faseado
sub mar
Sub ia ou descer no hemisfério sul
sub verter ou correr
subliminal desejo de vencer e construir
subalbedo que faz sua tarefa de cobrir de
terra o presente
subfônico termômetro
subalma
subestatuto: o suplente suplanta
substatus
subengren
submigra pelas matas ou nas ondas do mar
sublime a tua música escondida sob o
subvêu
subway

Subterrânia 2 – Hélio Oiticica (1969)

Consumir o consumo

Em 1968, os últimos revolucionários da modernidade (ou os primeiros da primavera por vir) entoaram mundo afora uma palavra de ordem: “É proibido proibir”. A fórmula não se confundia com a mera transgressão, na medida em que afirmava em um meta-nível a proibição. Desse modo, o que se contestava era a lógica normativa em sua própria raiz, pois, no fundo, obedecer e aplicar a lei é uma mesma coisa: a transgressão está contida no próprio limite, o ultrapassamento da lei a confirma e a reforça. O exemplo mais claro dessa estrutura normativa talvez seja o talião, uma norma de equivalência: a pena é *tal qual* o crime. A lei cria uma identidade entre dois atos distintos por meio de uma economia: um e outro olho (crime e castigo) tornam-se *olho por olho*: reciprocidade negativa. O famoso adágio não é *olho por olho por olho...*, mas *olho por olho, dente por dente* – não uma série de acontecimentos, mas de equivalências. Dito de outro modo, a lógica



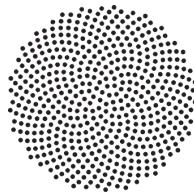
THE THOUSAND NAMES OF GAIA

from the Anthropocene to the Age of the Earth

proibitiva e sua economia da transgressão produzem uma redução daquilo que se pode ou não fazer a um dever positivo ou negativo – e por isso Tarde comparou a lei a uma barragem dos possíveis, das diferenças. Metáfora instrutiva: os possíveis são limitados pela lei, saindo do outro lado da “barragem” como obedecimento ou transgressão, assim como, numa hidrelétrica, a potência é convertida em energia, metrificada em kW. Desse modo, o que estava em jogo no “É proibido proibir” era o acesso a outra economia e ecologia dos possíveis, como um bordão conexo deixava claro: “Sejamos realistas, demandemos o impossível”.

Foi provavelmente inspirado nessa palavra de ordem que Hélio Oiticica formulou uma série de proposições semelhantes, como “experimentar o experimental” e “*consumir o consumo*”. Essa última fórmula, talvez mais atual do que nunca, aparece em “Brasil Diarréia”, texto dos anos 1970. Ali, o artista o contrapõe a duas estratégias de consumo, dois lados de uma moeda: a negação do consumo, que gera “prisão de ventre”; e o consumo desenfreado, que causa diluição, diarreia. Ambas seriam modalidades do que Oiticica chamava de “super-”: a repressão e o excesso, ou, em termos psicanalíticos, o super-eu paterno que castra e o super-eu materno que manda gozar; o limite e o ilimitado. Por sua vez, *consumir o consumo* seria uma operação do “sub-sub” que não visa nem conservar nem superar o subdesenvolvimento: enquanto forma ativa de *sub-desenvolver*, não era uma solução de meio termo, mas a dissolução dos termos: “uma transformação radical no campo dos conceitos-valores vigentes, no comportamento-contexto, que deglute e dissolve a convi-conivência” – lógica comum a ambas as posturas. Consumir o consumo, portanto, não é consumir mais; é consumir a lógica do consumo: se o consumo é sempre uma transformação, uma digestão, então o consumo do consumo é uma digestão desse processo, a sua dissolução e transformação em algo outro.

Na arte de Oiticica, isso implicava “estar livre das amarras do consumismo, ou seja, da *demandar de produção de obras*”. Tratava-se, portanto, da passagem da obra e criação (mercadoria e produção) aos acontecimentos, ambientes, incluindo os “nínhos”. A arte deixaria, assim, de ser a “produção infinita de objetos”, pra passar a ser “a formulação de uma possibilidade de vida”. Todavia, Oiticica não estava falando apenas de arte, ou melhor, estava falando só de arte, isto é, de *técnica*: se a guerra move as inovações técnicas ocidentais, poderíamos dizer que a arte, vanguarda militar em outro sentido, é também

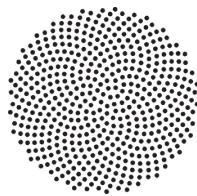


um manancial de inventos tecnológicos. Desse modo, a “arte ambiental” dos anos 1960 adiantava a indistinção entre natureza e cultura, ao se focar no prazer interessado do corpo, nos efeitos e no fazer – que Kant atribuía à natureza em oposição ao prazer desinteressado do julgamento, as obras e ao agir que caracterizariam a arte. Por isso, Oiticica afirma não se referir à “cultura” em sentido estrito, mas “a uma coisa mais global, que envolve um contexto maior de ação (incluindo os lados ético-político-social)”, e, ao final do texto, postula que “Não existe ‘arte experimental’, mas *o experimental*”. O que seria tal experimental? No que consistiria a técnica de consumir o consumo para além do que costumeiramente atribuímos à esfera da arte?

A escassez do excesso: gasto e indigestão

Oiticica parece se guiar pela máxima de Oswald de Andrade, segundo a qual “Nada existe fora da Devoração. O ser é a Devoração pura e eterna”, ou seja, de que nada se cria, nada se perde, tudo se devora: como suas metáforas deixam claro, a “economia geral” é analisada por ele de acordo com seu *modo de digestão*. “O que interessa não é a produção e sim o consumo”: toda produção já é consumo, digestão e transformação, ou seja, produz também restos, dejetos, que permitem entendê-la, pois, como afirma Canetti, “No excremento, que é o que resta de tudo, deixa-se reconhecer tudo quanto matamos”. Poderíamos assim arriscar dizer que a verdadeira face da “sociedade globalizada” está no seu lixo, no que ela *gasta*.

Como se sabe, o capitalismo se funda sobre uma limitação do acesso aos recursos, por meio do cercamento de terras, da redução à propriedade dos inúmeros direitos reais (das coisas), e da criação da forma jurídica vazia do sujeito de direito. Mas o fundamento “ontológico” do consumo capitalista foi a conversão das coisas do mundo em recursos, a “metafísica da utilidade”, enunciada, entre outros, por Hegel: “Como tudo é útil ao homem, assim também o homem é útil a tudo” – sendo medida de todas as coisas, o homem é o animal que mede todas as coisas. Nas palavras de Oswald, tratava-se da “redução do mundo não-métrico ao mundo métrico”. O *sentido das coisas* reduziu-se



THE THOUSAND NAMES OF GAIA

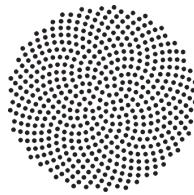
from the Anthropocene to the Age of the Earth

drasticamente a um projeto de instrumentalização humana, e elas puderam, assim, se tornar equivalentes por meio de uma unidade que as media.

Talvez nada demonstre melhor a redução unidimensional e unilateral de sentido que as embalagens das mercadorias, os limites que marcam seus contornos e que tentam preservar o pouco de sentido que restou nelas (a utilidade), ou então buscar suplementá-lo com uma camada nova (por meio da propaganda), demarcando a fronteira entre sujeito e objeto. O consumo capitalista começa, portanto, já nessa transformação de coisas em mercadorias, no esvaziamento de sentido que marca o modo de produção globalizante. O consumo propriamente dito apenas consuma esse processo, ao converter as mercadorias em lixo (*waste*), a saber, justamente aquilo que teve seu sentido gasto, esvaziado completamente, incluindo a utilidade. No “Hollowcene” [EVC], das palavras às coisas, tudo se gasta, incluindo aqueles homens considerados sem-sentido trancafiados entre os muros de prisões e manicômios. Segundo um boato corrente nos anos 1990, além da Muralha da China, a outra “construção” humana visível do espaço era o Aterro Sanitário de Fresh Kills, em Nova Iorque: sintomaticamente, um *limite* e uma *wasteland*. Esse boato trazia consigo uma profunda verdade: depositado no mar, deslocado para as periferias, o lixo é a grande *obra* da modernidade, e sua maior produção, a Ilha de Lixo do Pacífico. Ou seja, o mundo foi contaminado pela indigestão consumista:



Série *Midway: Message from the Gyre* – Chris Jordan (2009-). Entranas repletas de lixo de albatrozes mortos no atol homônimo localizado no oceano Pacífico, a 2000 km do continente: seus pais os alimentaram com dejetos que flutuavam no mar, tomando-os por comida



E, nesse processo, ignorou-se a reciprocidade da transformação envolvida em toda digestão, a sua via de mão dupla: a transformação daquilo que se consome é sempre acompanhada pela transformação daquele que consome: o “projeto humano” se tornou a sombra de seu lixo – e não apenas o contrário:

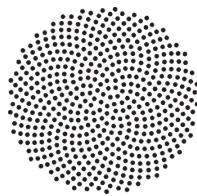


Dirty White Trash (with Gulls) – Tim Noble e Sue Webster (1998). Equivalente a 6 meses de lixo dos artistas; duas gaivotas

A quantidade de lixo acumulada no mundo amplifica o alcance de uma máxima benjaminiana: não é só que teremos que *nos virar com pouco*, teremos também que *nos virar com os restos*. Teremos que consumir o consumo.

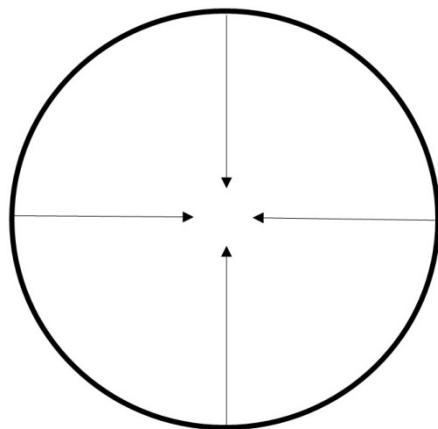
Metrificação e desmetrificação

Em um curso sobre Spinoza, Deleuze propôs uma distinção entre dois tipos de limite:



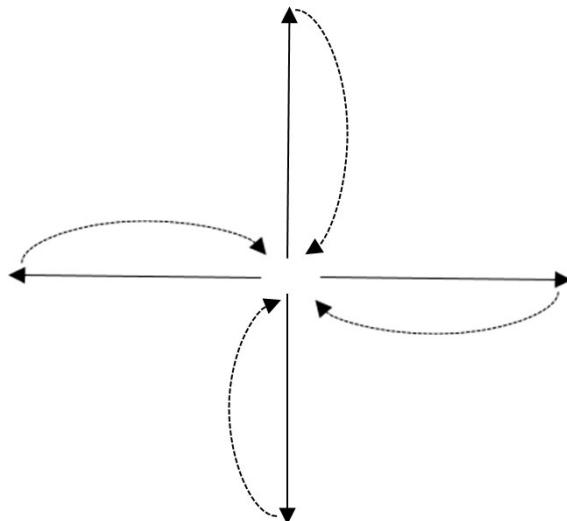
THE THOUSAND NAMES OF GAIA

from the Anthropocene to the Age of the Earth



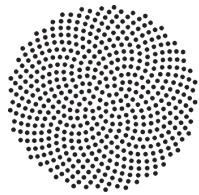
Limite-contorno (limite externo, extenso)

1) por um lado, o limite contorno, externo, enquanto forma que limita e *informa* os corpos, sendo independente deles, marcando uma extensão, e cujo movimento é do “contentor ao conteúdo, da circunferência ao centro” – limite métrico, da lei;



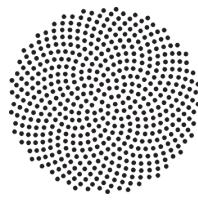
Limite-dinâmico (limite imanente, intenso)

2) por outro, o limite-dinâmico, interno e imanente, que, na verdade, é a tensão dos corpos, a sua tendência ou inclinação, e, portanto, é intensivo e não chega a



uma circunferência extensa determinada, sendo um movimento de contração-dilatação a partir de um centro; limite não-métrico que se expressa não por um contorno, mas por uma maneira de ser, por um modo (de vida), um hábito: não um lugar determinado, mas uma maneira de habitar o mundo, uma posição relacional.

Todavia, os dois tipos de limites não são de ordem puramente objetiva nem subjetiva, mas se referem a duas *experiências* do limite – e o mesmo se passa com a distinção entre mundo métrico e não-métrico, que Oswald tomava do físico Thomas Eddington. Semelhante à diferença entre espaços lisos e estriados, ela não diz respeito a porções distintas do mundo, o material e o espiritual, mas sim a modos diferentes da relação “*eu com ambiente*” que caracteriza toda experiência. Portanto, as coisas não são em si métricas ou não-métricas; tampouco é nossa percepção (mesmo cultural) que vê limites internos ou externos: trata-se de uma relação *entre* a perspectiva e as coisas, ou seja, do sentido. O que há são linhas de força, processos de metrificação e desmetrificação que se sobrepõem, se revertem, se antecipam e se conjuram uns aos outros. Por isso, numa cultura interessa o seu consumo, o sentido de sua transformação. Se estamos corretos, podemos arriscar dizer que o processo digestivo de metrificação do mundo se dá pela transformação do limite imanente em um limite-contorno, dos corpos em formas (*olho por olho; embalagem*), ou seja, constitui um processo de *delimitar o limite*, colocar por extenso, à ex-tensão, uma tensão interna (a utilidade, p.ex.). Trata-se de uma *experiência do perito*, em que “mede-se o espaço a fim de ocupa-lo”. Por outro lado, teríamos a operação inversa: a “transformação do métrico em não-métrico”, uma operação de *limitar o limite*, incorporá-lo, fazendo da forma, corpo, convertendo o limite-contorno em limite intenso, o que pode se dar pela introdução de um limite extenso sobre outro – um meta-limite –, perfurando-o e dando acesso à intensidade:



THE THOUSAND NAMES OF GAIA

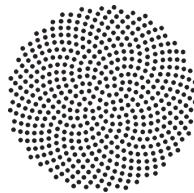
from the Anthropocene to the Age of the Earth



Ocupação de Belo Monte: Xingu +23 – 14 e 15 de junho de 2012 (Foto: Atossa Soltani) Limitar o limite: libertar o fluxo dos possíveis.



Ocupação de Belo Monte: Xingu +23 – 14 e 15 de junho de 2012 (Foto: Mitchell Anderson). O limite inserido no limite é de outra ordem que o limite barrageiro: é agua, não terra. “Devolver terra à terra” (Oiticica) é também remover o aterramento dos rios.



OS MIL NOMES DE GAIA

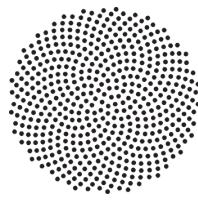
do Antropoceno à Idade da Terra



Ocupação de Belo Monte: Xingu +23 – 14 e 15 de junho de 2012 (Foto: Atossa Soltani) Contra a metrificação da potência pela energia: produzir um *efeito contra a obra*.



Mesóclise – André Vallias (2013) Barrar a barragem: um corte oblíquo contra a ubiquidade do humano



THE THOUSAND NAMES OF GAIA

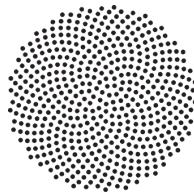
from the Anthropocene to the Age of the Earth



Limitar o limite: manifestantes fazem o “Caveirão” recuar (Foto: Fernando Rabelo, 2013)

Talvez não seja um acaso que Platão invoque a *medida* como arma contra as variações do ponto de vista exploradas pelos poetas: a poesia talvez seja a figura da transformação no não-métrico. Pois o que é a poesia senão o dar corpo a um limite externo, internalizá-lo como via de acesso a uma experiência de intensidade? A cesura do verso, o branco da página, os pixels do monitor: a poesia, em todos os seus modos, é uma experimentação de medidas que atinge o não-métrico por meio da introversão de uma métrica e sua conversão em um *modo*, em uma inclinação: é limitando a extensividade que se dá a intensificação poética. Assim, por exemplo, o encavalgamento do verso barra a cesura (representado justamente por uma barra). E daí a relevância da isomorfia na poesia – a reciprocidade entre limite e conteúdo, a sua imanência. Mas a poesia não designa só aquela *forma* que atende por esse nome, sendo esta apenas o índice de todo *fazer* (*poeisis*) que transforma a limitação em intensidade. Não por acaso, é comum, na linguagem popular, que uma formulação ou prática concisa e intensa seja chamada de poética, de uma frase de efeito a uma jogada de Garrincha. Desse modo, poderíamos diferenciar chamar as técnicas que transformam o métrico em não-métrico, seguindo uma sugestão de Viveiros de Castro, de “poesia do mundo”, a “prática experimental da vida” situacionista, em suma, uma experiência do perigo, ocupação desmetrificadora.

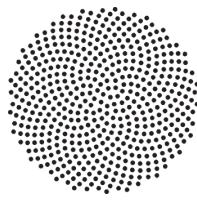
O exemplo oswaldiano de consumo que transforma o métrico em não-métrico era a antropofagia ritual tupi, relação sujeito-sujeito, em que a devoração do corpo extenso



do inimigo estava associado à adoção de um novo nome pelo devorador. Aqui, o consumo não esvazia de sentido: pelo contrário, o sentido provém dele, do consumo. Além disso, Oswald costumava associar o métrico com a “autoridade exterior”, as “interdições climatéricas”. Agora, talvez fique mais claro que essa “absorção do ambiente” não era a *superação* de tais interdições, o ultrapassamento de limites materiais, mas sua transformação em inclinação intensiva. Daí o sentido profundo de um trecho do *Manifesto Antropófago*: “Da equação eu parte do Cosmos ao axioma Cosmos parte do eu. Subsistência. Conhecimento. Antropofagia”. Tratava-se de transformar um regime no qual o eu é uma porção delimitada do mundo, uma extensão, em outro no qual o mundo é o *efeito* da com-posição de sujeitos e suas intensidades, uma circunferência (inexistente) que resulta das (in)tensões combinadas de cada eu. Isso que Oswald chamava de *subsistência antropofágica* era, portanto, um contato com a exterioridade: “O cosmos parte do eu”, mas “Só me interessa o que não é meu”. Dito de outro modo, o mundo é aquilo que está *entre os seres*, o inter-esse, a resultante de suas transformações recíprocas, o *efeito* de suas devorações. E poderíamos arriscar dizer que o nome adquirido por aqueles que absorvem Gaia, fazendo dela uma experiência não-métrica, seja “gaiatos”, e que a gaia ciência de Gaia, o conhecimento da subsistência, se chame gaiatologia.

Modos de subsistência

Se a expressão máxima da economia da metrificação é o capitalismo, a sua contraparte não é o socialismo, mas as economias de subsistência das “sociedades contra o Estado”. Pierre Clastres mostrou como a ausência de Estado nas chamadas “sociedades primitivas”, que era considerado uma falta, constitui na verdade uma recusa deliberada: um “não ao não”. Para Clastres, o “princípio da autoridade exterior”, do limite e da hierarquia, é negado *por meio* de sua “incorporação”: a sociedade “primitiva” *internaliza* o Estado na figura do chefe para melhor “exorcizá-lo”, limitando o limite: o chefe não manda e, “através” dele, as sociedades contra o Estado ativamente constroem uma política anárquica, desmetrificada. Como se sabe, essa operação demanda impedir a formação de uma esfera econômica autônoma, ou seja, demanda a manutenção de uma *economia de susbsistência*, entendida não enquanto *defeito*, mas como “recusa de um excesso” de

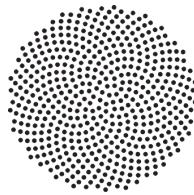


THE THOUSAND NAMES OF GAIA

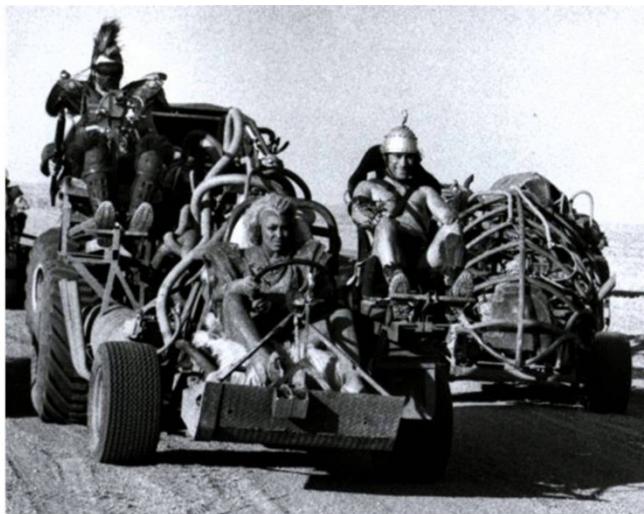
from the Anthropocene to the Age of the Earth

produção, de trabalho. Em um artigo clássico, Sahlins mostrou como os caçadores-coletores, exemplo típico de economias de subsistência nos manuais de economia, não têm um modo de produção no qual se trabalha o máximo para conseguir o mínimo; sua economia é de abundância, ócio e prodigalidade: o mínimo de “trabalho” para o máximo de “ócio”. As economias de subsistência não são “determinadas” exteriormente pelo ambiente, nem o *superam*, pois ele não constitui um limite externo: a limitação da produção, assim, é, na verdade, a limitação da metrificação econômica, dando lugar a uma experiência não-métrica com as coisas do mundo: uma das maiores dificuldades daqueles que pesquisam economias de subsistência é determinar quantitivamente sua renda, sua produção e a diferença entre estas e suas “necessidades”. Excesso e necessidade, trabalho e ócio, utilidade e inutilidade, produção e consumo: quando limitado o limite que separa os dois lados, eles ganham outro sentido.

Mas se a subsistência designa uma experiência com o mundo, ela não se reduz à política e à economia: enquanto forma de conhecimento, ela se deixa ver também no que Lévi-Strauss definiu como “pensamento selvagem”, em oposição ao “pensamento domesticado”, a bricolagem em oposição à engenharia. Enquanto esta se caracteriza por uma “capacidade ilimitada” guiada por um projeto, aquela, fazendo uso de “meios-limites”, trabalha por uma com-posição de materiais heteróclitos. Em relação às “limitações que resumem um estado da civilização”, afirma Lévi-Strauss, “o engenheiro sempre procura abrir uma passagem e situar-se *além*, ao passo que o *bricoleur* permanece *aquém*”. De novo, aqui, estamos diante de duas experiências do limite. Por um lado, o engenheiro quer ultrapassá-los por meio de um projeto, *informando a matéria-prima*, metrificando-a. Por outro, o limite da bricolagem é imanente a sua matéria-prima, às próprias coisas. Pois ao operar com “resíduos de construções e destruições anteriores”, ou seja, coisas aparentemente gastas, “testemunhos fósseis da história de um indivíduo ou de uma sociedade”, o *bricoleur* não lida com formas vazias, pelo contrário: as possibilidades de composição dos elementos estão “limitadas pela história particular de cada peça e por aquilo que nela subsiste”, a saber, o “conjunto de relações ao mesmo tempo concretas e virtuais”, e tal limitação é justamente a condição da *imprevisibilidade* da composição. Ao intensificar aquilo que subsiste nas coisas, a *bricoleur* é um reciclagem radical, que não se limita a simplesmente devolver a utilidade às coisas, mas compor o seu sentido: como

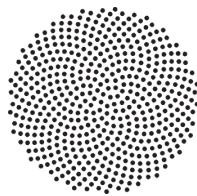


aqueles personagens de ficções apocalípticas que mobilizam os restos de um mundo devastado não apenas para novos fins, novos usos, mas também para uma nova relação com as coisas, inclusive para uma nova estética – para um devir-mundo por mais *trash* que seja.



Mad Max – George Miller (1979) Mobilização dos restos contra o resto de Estado (Estado Total)

A catadora de lixo Estamira resumiu essa subsistência potente do sentido ao afirmar “Tudo que a gente pensa existe, é”, fórmula que talvez seja a melhor tradução para a ontologia de Meinong. Como se sabe, ao atacar frontalmente o que chamava de “preconceito a favor do atual”, Meinong optou por não tomar o real, o extenso, como parâmetro. Antes de toda existência, indiferente à ela, tudo *subsistiria* objetivamente (com a mesma “dignidade” do atual): as qualidades, as relações, os modos, mas também os objetos impossíveis – como o círculo quadrado, figura similar aos metamorfos dos mitos. Toda essa fauna e flora ontológica ficou conhecida como “a selva de Meinong”, modo de subsistência do quase-ser, do ser-como, do ser-fora, da pseudoexistência: a *realidade virtual*, poderíamos dizer – e a internet também comporta uma dimensão poética: nela, pra usar uma fórmula de Marcos Matos, “a riqueza material existente é infinitamente



THE THOUSAND NAMES OF GAIA

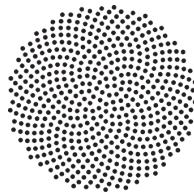
from the Anthropocene to the Age of the Earth

inferior à riqueza semiótica subsistente: descemos à verdade das primeiras sociedades de afluência”.

Subsistência dos modos

Tentemos sintetizar. Todos os modos de subsistência que descrevemos sub-desenvolvem, *sub-tendem, tendem* para um baixo que, porém, é muito mais rico que o alto, muito mais intenso, ao contrário da imagem de pobreza, isolamento, e secura costumeiramente associada ao termo. A subsistência designa, aqui, uma dimensão material e ontológica *baixa*, que não pode ser quantificada: não se confunde com a mera existência enquanto distinta de uma existência autêntica. Não constitui, portanto, o domínio da necessidade, mas de todas as categorias modais, em especial a virtualidade: tudo que existe também subsiste – assim como tudo que não existe. A subsistência é o *sub-solo* da existência, seu adubo, a existência em devir. Se há uma imagem para a subsistência, é a da putrescência da matéria orgânica (Bataille, “Baixo materialismo”) em toda sua riqueza vital, na qual, como plantas, tudo que existe e não existe planta suas raízes: *humus* – lama, não lixo: não a *Wasteland* esterilizada pela monocultura padronizadora, mas uma força *putrefascente*, como disse Felipe Vicari de Carli. Desse modo, o que a catástrofe ambiental em curso ameaça destruir não é só a existência na Terra, mas a própria subsistência, em suas dimensões material e imaterial: consumando-se o fim do mundo, não apenas os mortos não estarão seguros, mas até mesmo aqueles que nem existiram.

Daí a importância de *cultivar a subsistência*, pois não sendo um *estado*, ela constitui uma dimensão que se acessa ativamente pelo *fazer*, por uma *subversão intensa*, um efeito de revirar que faz algo “sub-vir” “de dentro pro mundo”. O fazer poético da subsistência é um adubamento da existência, um cultivo de possíveis, uma cultura das virtualidades e suas diferentes consistências, que não tem como parâmetro o *real*, nem se guia pelo privilégio do atual e da obra, e tampouco concede primazia à *produção* e *realização*, mas sim aos efeitos e aos afetos – um “tornar palpável o possível”: uma “permacultura semiótica”, na definição de Marcos Matos. E enquanto movimento para baixo, os modos de subsistência se colocam contra o *super-*, o alto, seja do excesso seja da repressão: um fazer contra a forma-Estado, o Estado e a forma. O desafio que a catástrofe ambiental nos coloca, portanto, não é só escolher entre obedecer resignadamente os



limites materiais do planeta, mantendo nossa *forma* de existência, ou então ultrapassá-los esperando uma superação dialética. Antes, ela possibilita ou obriga uma solução ao mesmo tempo mais simples e mais drástica: lidar com os limites de outro *modo*; fazer deles uma *inclinação* – subvertê-los, vertê-los para baixo, *in-tendê-los*, tendê-los para dentro: incorporar e transformá-los em um modo intenso de vida, descobrindo toda a riqueza do baixo; fazer uma experiência do limite de máxima intensidade: *uma experiência-limite do limite*. Subsistir, portanto, é inserir o “sub-” na existência, ou seja, descer – para o mundo, “devolver terra à terra para descer à terra, para re-infilar diversidade no subsolo, para fazê-la emergir, para inventar outros modos de vida, para começar de novo” [Flávia Cera]. E os artistas, “sismógrafos sensibilíssimos dos desvios físicos da massa”, são, segundo Lygia Clark, justamente aqueles que “inoculam a sociedade com o vírus de um novo modo de existir”: enquanto experimentação de modos, a arte é também uma moda, a reinvenção de hábitos, de modos não-métricos de habitar o mundo, de costumes, i.e., *como* nos vestimos, nos enfeitamos, *como* damos sentido ao mundo. Não por acaso, Oiticica dizia querer “*estender o sentido de ‘apropriação’ às coisas do mundo (...) nas ruas, terrenos baldios, campos, o mundo ambiente*”. Apropriar antropofagicamente o ambiente é ocupá-lo de sentido: e, por isso, uma ferramenta política fundamental é a ocupação desmetrificadora: consumir o consumo não é apenas apropriar para um uso, mas apropriar para cultivar o sentido e os possíveis. A guerra de Gaia é também uma guerra estética e imaginária.

Oiticica dizia que “subsisto” era um “grito-affirmação” – hoje, mais do que nunca, um grito de guerra subversivo. Grito baixo, abafado pelo lixo semiótico antropodesenvolvimentista. Todavia, como dizia Clarice Lispector, “um primeiro grito desencadeia todos os outros, o primeiro grito ao nascer desencadeia uma vida, se eu gritasse acordaria milhares de seres gritantes que iniciariam pelos telhados um coro de gritos e horror. Se eu gritasse desencadearia a existência – a existência de quê? A existência do mundo.” Mundo que ainda subsiste – mas não por muito tempo. Sejamos simplistas: demandemos o mais intenso.